



Fala Egbé

Informativo dirigido às Comunidades de Terreiros de Candomblé • nº 20 • ano VII • Dezembro de 2009

Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais, bem-vinda às lutas!

KOINONIA encerra o seu décimo quinto aniversário com este Fala Egbé, marcando sua posição de apoio e de assessoria às Comunidades Negras Tradicionais baianas.

Também se encerra com esta edição um ciclo de três anos de apoio direto às ações do Projeto de “Capacitação e apoio ao desenvolvimento de Comunidades Negras Tradicionais do Brasil”, com recursos provenientes da União Européia. Foi um tempo de intensas realizações e novas visibilidades para as Comunidades que, com certeza, até o ano de 2006 - ano anterior ao início do Projeto - se mantinham invisíveis à sociedade e aos poderes públicos. Hoje podemos identificar na região do Baixo Sul da Bahia, entre iniciativas públicas de toda ordem, cerca de 50 ações direcionadas ao atendimento de Comunidades Negras Rurais – entre estudos, mapeamentos, fomento a produção, a formação e a educação. Entre os Terreiros, as vitórias políticas foram muitas: contra a intolerância religiosa, a favor da imunidade do IPTU e o reconhecimento progressivo por parte dos órgãos públicos, do lugar dessas comunidades como agentes de desenvolvimento ambientalmente sustentável.

Sabemos que muito mais poderia ter sido feito, mas isso não nos impede de compartilhar a sensação de dever cumprido. Queremos dar continuidade a um

apoio que não se expressa em um Projeto pontual de três anos, mas nas alianças feitas, nos compromissos assumidos e no progressivo ganho de poder das Comunidades, que esperamos seja crescente e duradouro.

Nesse sentido, nos juntamos às mais de 220 comunidades que atendemos, fazendo coro pela implementação da Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais, a altura dos desejos e anseios das Comunidades Negras Tradicio-

nais da Bahia (Terreiros de Candomblé e Comunidades Negras Rurais).

Assim, destacamos ao modo de apoio, o acúmulo das discussões dessas centenas de comunidades desde 2008 até agora, que sugerem os Princípios (aqui em destaque) para o trabalho da Comissão, e propõe Linhas de Ação, que estão na última página deste Informativo (com a lista dos seus signatários).

Que venha 2010, cheio de desafios, e Oxalá! Pleno de forças para seguirmos trabalhando!

Princípios que deveriam orientar a atuação da COMISSÃO ESTADUAL PARA A SUSTENTABILIDADE DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS:

- A Comissão deve buscar garantir a participação das comunidades nos debates, decisões e encaminhamentos;
- A Comissão deve sempre zelar para que as comunidades recebam as informações que lhes interessam;
- A participação dos representantes das comunidades tradicionais na Comissão deve ser garantida inclusive com apoio para deslocamentos, quando necessário;
- A promoção, socialização, valorização e proteção da tradição oral das comunidades tradicionais e dos seus saberes;
- Dar visibilidade social às religiões de matriz africana em Salvador.

pág. 2
CAPACITAÇÃO PARA
DECLARAÇÃO DE IMPOSTO
DE RENDA

pág. 3
ARTICULAÇÕES NO BAIXO
SUL DA BAHIA

pág. 5
ILÊ AXÉ OBÁ TONY

pág. 6
KOINONIA ABORDA A
CRISE DAS ÁGUAS EM
SALVADOR!

Oficinas, Seminários e Parcerias

CAPACITAÇÃO PARA DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA JUNTO A TERREIROS DE CANDOMBLÉ DE SALVADOR



Capacitação para declaração de IR no escritório do Programa Egbé - Salvador

Seguindo a filosofia de capacitar para dar autonomia às Comunidades de Terreiros, o Programa Egbé Territórios Negros realizou, entre 9 de setembro e 16 de outubro, no escritório em Salvador, o curso de capacitação para declaração de Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas. Este foi o prazo que a Receita Federal destinou para as declarações no ano de 2009, o que normalmente ocorre entre abril e maio de cada ano.

Durante este período, a equipe do Programa em Salvador entrou em contato com os responsáveis pelas associações dos Terreiros - que são obrigados a fazer a declaração de imune - divulgando mais uma vez a oportunidade da capacitação que já havia sido anunciada em outras oportunidades para o público atendido. A capacitação foi feita de forma individualizada, a partir de agendamento realizado junto às comunidades atendidas pelo programa.

Independente da participação nas capacitações, o Programa Egbé realizou as declarações das associações que faziam a solicitação deste serviço nos anos anteriores.

Este novo ciclo de capacitação buscou fortalecer ainda mais as associações civis dos Terreiros de Candomblé, no que diz respeito às suas responsabilidades civis, oferecendo maiores condições da manutenção da situação regular das associações.

No primeiro semestre de 2009, o Programa Egbé fez uma capacitação similar. Na oportunidade, as comunidades foram capacitadas para a declaração da Rais - Relação Anual das Obrigações Sociais, que deve ser feita junto ao Ministério do Trabalho, ainda que as associações não possuam funcionários.

ATO PÚBLICO EM DEFESA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA BAHIA

O Comitê em Defesa das Comunidades Quilombolas realizou no dia 05 de novembro, na Praça da Piedade, em Salvador, um Ato Público em Defesa das Comunidades Quilombolas da Bahia.

O movimento apóia e manifesta sua solidariedade às Comunidades Quilombolas do estado que estão na luta pela garantia de seus territórios tradicionais. O movimento denuncia e repudia a ação governamental racista do estado, que quer passar por cima da tradição, dos direitos conquistados, da cultura e autodeterminação deste povo, que resiste ao processo escravista a mais de quinhentos anos.

As comunidades quilombolas da Bahia vem denunciar as ações que o Governo do Estado vem implementando, em parceria com grandes empreiteiras, grupos empresariais estrangeiros e grandes grupos econômicos nacionais. Esta parceria faz a opção por um Modelo de Desenvolvimento racista e concentrador de riqueza, que tem como perspectiva a inviabilização do modo de vida, a expulsão dos seus territórios e, consequentemente, o extermínio destas comunidades.

KOINONIA esteve presente e assina o manifesto.

OFICINA DE BORDADO NO ESPAÇO CULTURAL VOVÓ CONCEIÇÃO



Fruto das capacitações e parcerias desenvolvidas com o Programa Egbé, e com o apoio financeiro do Programa Acua, o Espaço Cultural Vovó Conceição realizou no período de julho a novembro deste ano, mais uma Oficina de Bordado - Bainha Aberta para a comunidade.

A oficina que teve seu encerramento em grande estilo no dia 27 de no-



vembro, contemplou 15 mulheres que com estes aperfeiçoamentos já fazem parte do espaço e teve como objetivo o fortalecimento do espaço produtivo, com o aumento da renda individual das produtoras.

A atividade faz parte de um programa de capacitações que será retomado com o início do próximo ano, segundo a coordenadora Ekedly Sinha - Gersonice Brandão.

PARALISAÇÃO DE PROJETOS LOCAIS

Desde o ano de 2007 o Programa Egbé vem desenvolvendo, junto a 15 comunidades de Candomblé em Salvador e quatro comunidades rurais do Baixo Sul da Bahia, o projeto "Capacitação e apoio ao Desenvolvimento de Comunidades Negras Tradicionais no Brasil". O projeto é co-financiado pela União Européia, Christian Aid e EED (Serviço das Igrejas Evangélicas da Alemanha para o Desenvolvimento). Para este

último ano, as ações do projeto previam a implementação de pequenos projetos locais autônomos das comunidades, que já estavam sendo estimulados desde o primeiro semestre. Entretanto, não pudemos manter tal compromisso, devido a falta de continuidade do fluxo de recursos por parte das doações da União Européia, mesmo com a continuidade das demais financiadoras

ARTICULAÇÕES COM LIDERANÇAS QUILOMBOLAS E PARCEIROS NO BAIXO SUL

No último dia 16 de outubro aconteceu uma reunião de trabalho, reunindo 22 representantes de comunidades quilombolas de Camamu, com representantes do Programa Egbé, de KOINONIA, STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Sasop. O principal tema de debate foi a necessidade dessas comunidades, conscientes de seus direitos, se fazerem representar nos espaços de decisão sobre políticas públicas. Esse debate, que já vinha acontecendo há mais tempo, ganhou urgência frente à proposta do IES – Instituto de Economia Solidária – de criar uma Federação de todas as 82 associações, rurais e urbanas, do município de Camamu, a fim de representá-las inclusive na captação de recursos federais, estaduais e municipais. As comunidades quilombolas consideram que a organização deve partir delas mesmas e que, por serem quilombolas, têm acesso diferenciado a essas políticas. Os representantes quilombolas consideram que a proposta do IES não foi discutida com eles, que é uma coisa que já vem pronta, na contramão do caminho que essas comunidades vêm construindo.

Os representantes quilombolas também se queixaram de que os cadastros para aplicação de políticas públicas e de acesso a projetos do governo, como o de moradia, continuam sendo feitos sem contar com o apoio e a revisão das associações, o que tem gerado uma série de problemas. “Na hora de discutir identidade quilombola, o que isso significa, e a questão da demarcação das terras e do título coletivo, tem gente que não quer; mas na hora de entrar para o cadastro dos benefícios, todos querem”, comentaram algumas das lideranças presentes. Os presidentes das associações já se reuniram com a Secretária de Ação Social do município, mas pouca coisa do que foi acordado efetivamente avançou. Por isso, eles tinham, naquela mesma tarde do dia 16, nova reunião com a Secretária, na qual pretendi-



Camamu, 16/10/2009



Camamu, 16/10/2009

am firmar os acordos de participação das associações na elaboração dos cadastros, em busca de benefícios para as comunidades quilombolas.

Por outro lado, na organização territorial foi criado um Eixo Quilombola, do qual KOINONIA participa como entidade de assessoria. Para avançar de forma propositiva, ficou então acordado a realização de uma reunião de trabalho desse Eixo para traçar os rumos do trabalho e suas prioridades.

Foi realizado no dia 23 de novembro, na sede do STR, o encontro convocado pelo Núcleo Executivo do Território da Cidadania do Baixo Sul, com o objetivo de discutir a organização do Eixo Quilombola - instituído no Território da Cidadania -, onde se pretende abarcar as questões relativas às comunidades quilombolas que estão fora dos outros Eixos.

A discussão com as lideranças apontou temas a serem trabalhados no próximo ano, que servirão de guia para o planejamento das atividades. Estiveram presentes representantes de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, do STR-Camamu, das comunidades de Pimenteira, Ronco, Pedra Rasa, Tapuia, Garcia, Barroso, Jatimani, Abóboras, Porto do Campo, Acarai, Jetimana, Campo do Amâncio e Boitaraca; além de professoras e coordenadoras pedagógicas da localidade de Orojó, Pratigi e Tapuia, que representam mais de 15 escolas da zona rural do município de Camamu.

Foi discutida e eleita uma comissão provisória para o Eixo Quilombola, que tem como primeira missão pleitear junto ao núcleo a realização de um encontro entre as lideranças quilombolas do Baixo Sul - já que estavam presentes apenas 13 das 45 comunidades quilombolas identificadas - para maiores esclarecimentos e, se necessário, reeleição da comissão representativa do Eixo Quilombola.

A reunião serviu também para o repasse de informações entre as lideranças e para dar continuidade à discussão sobre educação diferenciada, iniciada no Fórum de Educação Quilombola, que aconteceu nos dias 5 e 6 de novembro, em Salvador. O Fórum contou com a participação de educadores e lideranças e foi o pontapé inicial de uma discussão que promete render muitos frutos. Um deles foi a participação de várias professoras e coordenadoras pedagógicas nesta reunião do Eixo.

Destaca-se que a comissão do Baixo Sul, formada no Fórum de Educação e que tem como função recolher e levar propostas relativas ao formato da educação que se deseja, tem entre seus quatro representantes, três de comunidades quilombolas. Isso reafirma o compromisso e a importância do tema para as comunidades da região.

Durante a reunião foi apresentado o Projeto Portal Ecumênico às lideranças presentes. O Portal Ecumênico (www.portalecumenico.net), que tem como ênfase a América Latina e o Caribe, pretende funcionar como ferramenta essencial para as instituições de pesquisa, organizações ecumênicas, centros de informação e documentação, bibliotecas, pesquisadores, membros de igrejas e estudantes. Ele também foi pensado com o intuito de facilitar o acesso das bases das igrejas e de moradores de comunidades pobres nas periferias do continente, que apenas têm acesso à internet via “lan-houses” e outros meios populares de acesso e que necessitam de uma informação mais ágil. O portal abriga ainda informações de todas as organizações que estão a ele filiadas, incluindo KOINONIA. Assim, as ações realizadas na região e que tratam do tema ecumenismo, estão disponíveis em mais este espaço de consulta e divulgação. Segundo Seu Domingos: “É bom saber que em outros países estão sabendo da gente”.



Grupo de discussão, Camamu, 23/11/2009

Todo dia deveria ser 21 de janeiro

PE - Audiência debate intolerância religiosa – Foi realizada no dia 9 de setembro, na Assembléia Legislativa de Pernambuco, Audiência Pública com o objetivo de discutir alternativas de avançar no combate à intolerância religiosa, principalmente contra os adeptos dos cultos afrobrasileiros. O encontro reuniu representantes do movimento negro, de praticantes das religiões de matriz africana e autoridades dos Governos estadual e municipal.

Fonte: Diário Oficial – Pernambuco em 10/09/2009

PA - MP apura caso de discriminação religiosa – O Ministério Público Estadual do Pará poderá instaurar inquérito civil para investigar casos de discriminação religiosa dentro de órgãos públicos no estado. A partir da audiência pública com o tema “Intolerância Religiosa: um mal cotidiano nas relações sociais. Como enfrentaremos esse problema”, realizada no mês de setembro, o órgão ouviu a sociedade civil sobre o assunto e a situação dentro do setor público. A seção foi motivada por algumas denúncias sobre o assunto e pela demissão de dois professores em Salvaterra, no Marajó, por terem discutido e promovido a diversidade religiosa em salas de aulas. Segundo a promotora de Justiça de Direitos Humanos, Elaine Castelo Branco, discriminação em razão de crença religiosa é crime de racismo. “A Constituição prevê que o Brasil é um Estado laico, então não pode ter interferência em religião”.

Fonte: Diário do Pará em 11/09/2009

RJ - Apóstolo acusado de intolerância religiosa – Os responsáveis por um jornal produzido e distribuído pela Igreja Jerusalém Celestial, em Piratininga, Niterói (RJ), foram denunciados por intolerância religiosa na 81ª DP (Itaipu). A acusação foi apresentada pelo delegado Henrique Pessoa, representante da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR), com base em matérias da edição de setembro de 2009. Segundo a CCIR, ofensas foram disseminadas ao Catolicismo, Islamismo, Espiritismo, Hinduísmo, Umbanda e

Candomblé. Segundo o secretário da CCIR, Jorge Matoso, todo o material foi analisado por advogados, que constataram indícios de intolerância. A denúncia foi feita União Espírita Umbandista do Estado do Rio de Janeiro.

Fonte: Jornal O São Gonçalo em 17/10/2009

RJ - 80 mil vão às ruas pela religião livre – Católicos, evangélicos, muçulmanos, judeus e, principalmente, seguidores de religiões de origem afro, se reuniram no dia 20 de setembro, na Praia de Copacabana, Rio de Janeiro, durante a 2ª Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa. Segundo a Polícia Militar, estiveram presentes cerca de 80 mil pessoas. Segundo a coordenação da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, o ato tem o objetivo de alertar para os malefícios da discriminação religiosa.

Fonte: Jornal O Dia em 21/09/2009

Intolerância religiosa e discriminação racial ganham espaço na jurisprudência – Se de 1951 a 1996 havia apenas nove ações sobre racismo e intolerância religiosa na segunda instância da Justiça brasileira, hoje o cenário, se não ideal, é bastante diferente. Atualmente, tais tribunais registram mais de 1.100 julgamentos. “Há alguns anos, os casos de intolerância religiosa e discriminação racial sequer apareciam na jurisprudência”, afirma Hedio Silva Júnior, conselheiro e presidente da Comissão de Liberdade Religiosa da seccional paulista da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

Existem 430 acórdãos sobre o tema na Justiça estadual. Já a Justiça do Trabalho tem 356 decisões envolvendo racismo e discriminação religiosa. O Rio Grande do Sul tem seu TRT (Tribunal Regional do Trabalho) na liderança do ranking, com 68 decisões. O Regional de Santa Catarina registra 62 e o TRT da 15ª Região, em Campinas, tem 42 casos julgados.

Fonte: Última Instância em 02/10/2009

DF - Protesto contra Intolerância Religiosa em Brasília – Integrantes da Federação Brasileira de Umbanda e Candomblé realizaram no dia 23 de setembro, em Brasília, uma manifestação contra a intolerância religiosa e em defesa de políticas públicas em favor do grupo. A “1ª Caminhada das Comunidades de

Terreiro do Distrito Federal e Entorno” começou em frente ao Museu da República e terminou com uma lavagem da rampa do Congresso Nacional.

Fonte: Jornal O Globo em 23/09/2009

PE - Caminhada dos Terreiros contra o preconceito – No dia 03 de novembro foi realizada, em Recife (PE), a 3ª Caminhada dos Terreiros de Matriz Africana e Afro-descendentes. A intenção é reivindicar que o governo do Estado reconheça os terreiros e valorize as raízes históricas dos afro-descendentes. Os participantes fizeram um culto aos orixás e, em seguida, entregaram ao governador do Estado, Eduardo Campos, a carta de manifesto dos terreiros. O documento pede, entre outras coisas, a implantação da lei federal nº 10.639 de 2003, que inclui o ensino da história africana no currículo dos ensinos fundamental e médio. A segunda reivindicação principal diz respeito ao mapeamento dos terreiros de Pernambuco. Essa organização daria a eles acesso a benefícios como isenção de impostos, por exemplo. “Atualmente, a Bahia é o único Estado que já começou a fazer esse trabalho de registro, mas, com o apoio do governo, podemos concluir nosso mapeamento até meados de junho”, afirma Mãe Elza.

Fonte: JC online em 03/11/2009

BA - Terreiros realizam caminhada – Foi realizado no dia 15 de novembro, a 5ª edição da Caminhada Contra a Violência, a Intolerância Religiosa e pela Paz, promovida pelos terreiros das religiões de matrizes africanas do Engenho Velho da Federação. A caminhada acontece desde 2004 e reúne os representantes dos Terreiros de Candomblé, Umbanda e Caboclo sediados no bairro e no seu entorno. A manifestação começou quando algumas destas comunidades passaram a ser agredidas por grupos evangélicos. O evento tem o apoio da Coordenadoria Ecumênica e Serviço (Cese), Cepaia/Uneb, Secretaria de Promoção da Igualdade (Sepromi), Secretaria Municipal de Reparação (Semur), Pós-Afro/UFBA, Associação dos Moradores do Engenho Velho e Colégio Nabuco.

Fonte: Correio da Bahia em 13/11/2009

Ilê Axé Obá Tony

*Marineide Ferreira Conceição

Nesse pequeno contexto será reproduzida a história de vida do terreiro **Ilê Axé Obá Tony**.

A sua trajetória é muito especial para todas as pessoas que viveram e convivem com esse espaço.

Para falar do Ilê Axé Obá Tony, temos que falar de uma pessoa, que é **Mãe Elza**, que infelizmente não está mais entre nós. Mas temos que nos conformar pois é coisa de Olorum. Nós da comunidade tentamos nos espelhar nesta pessoa que nos deu sua bondade e sua força de vontade e tentamos crescer junto com ela. Assim fazemos também crescer e melhorar sempre a comunidade do Obá Tony. Aqui somos uma família onde temos: pais, mães, filhos(as) tios e netos - todos com um só objetivo: “o crescimento dessa família”.

O Ilê Axé Obá Tony nasceu no Engenho Velho da Federação no ano de 1940 e foi fundado por Julieta Costa Ferreira, filha de santo de Julia Burgan, da nação Ijexá. Após o falecimento da Mãe Julieta, sua neta Elza Ferreira Conceição, filha de Santo de Maria Conceição Azevedo - a Vovó Conceição, que era filha de santo do Terreiro da Casa Branca - assume o Ilê Axé Obá Tony no ano de 1971 “contra a sua vontade.”

Mãe Elza assumiu o Obá Tony não por sua vontade pessoal, mas, de certa forma, por exigência dos Orixás. Com intuito de proteger os familiares e seus sucessores, ela veio a assumir o cargo de Yalorixá do Obá Tony, fazendo do nosso Terreiro o que conhecemos hoje.

Mesmo contra vontade de exercer o cargo, Mãe Elza teve ajuda, apoio e conselhos de pessoas muito especiais e de grande valor nessa trajetória de sua vida, como sua mãe de santo - a Vovó Conceição, Mãe Tatá, Mãe Nitinha, Equede Jilú, Equede Zurica, Ebame Cosma, Ogan Supliano, Mãe Caetana. São tantas pes-

**Marineide Ferreira Conceição é filha consanguínea de Mãe Elza*

soas especiais e queridas que se for dizer o nome de cada um deles necessitaríamos de várias páginas dessa linda história.

Trabalho com a comunidade:

A falecida Yá Elza tinha vontade de montar uma oficina de corte e costura; chegou até a comprar as máquinas (domésticas), mas por falta de verbas para pagar a mão-de-obra, não pode seguir adiante com o curso. Em 2007, 2008 e 2009, o Ilê Axé Obá Tony participou de dois ciclos de capacitação, provendo este serviço à comunidade nos trabalhos em parceria com KOINONIA.

A Casa proporcionou a realização de oficinas de corte e costura, junto com oficinas de direitos e de elaboração de projetos, dentro das ações do Projeto “Capacitação e apoio às comunidades Negras Tradicionais do Brasil”. As atividades práticas foram realizadas no Espaço Cultural Vovó Conceição.

O Obá Tony sempre realiza festa de crianças, dias das mães, doações, sorteio e jantares, iniciativas próprias. Na relação com a comunidade, é importante ressaltar que os vizinhos tinham muita consideração por Yá

Elza, que fez muita coisa pelos moradores e pelo bairro, como melhoramento das escadas e do saneamento básico. Ela conseguiu esses melhoramentos pelo conhecimento que tinha com pessoas que eram seus clientes e que a apoiaram para a melhoria da escada do bairro, que tinha difícil acesso, pois era esburacada.

Yá Elza, ou Mãe Elza, como era chamada, era bastante conhecida e respeitada no bairro e o Ilê Axé Obá Tony conserva esse respeito e esse bom relacionamento com a comunidade.



Este informativo é produzido pelo Programa Egbé Territórios Negros de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Dirigido às comunidades negras urbanas de Candomblé e às redes de solidariedade civil e ecumênica.

EDITORIA:

Jussara Rêgo e Rafael Soares de Oliveira

REDAÇÃO DE ATIVIDADES:

Equipes do Programa Egbé TN

DIRETOR EXECUTIVO DE KOINONIA:

Rafael Soares de Oliveira

REVISÃO:

Márcia Evangelista

PROJETO GRÁFICO:

Martha Braga

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:

Estevam Moreira Neto

IMPRESSÃO:

Fast Design

FOTOS:

Arquivo de KOINONIA



KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
Rua Santo Amaro, 129 Glória
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Tel (21) 3042-6445
Fax (21) 3042-6398
koinonia@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br



PROGRAMA EGBÉ TN
Travessa d' Ajuda, nº 37. Edif.
Martins Catharino, sala 1203 - Centro.
CEP: 40020-030. Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3266-3480
projetoegbesalvador@koinonia.org.br

E-mail: falaegbe@koinonia.org.br
ISSN: 1981-7568

Koinonia aborda a crise das águas em Salvador!



Mãe Marta em Oração Inicial



Público em debate

As lideranças do Candomblé, representando suas comunidades, discutiram a situação das águas na cidade de Salvador e sua região Metropolitana. É um momento em que a especulação imobiliária vem substituindo paulatinamente, o verde das matas pelo cinza do concreto, num crescente desmatamento e comprometimento, não só das áreas verdes, como das lâminas d'água da cidade, que embelezam e enriquecem o clima da cidade. Isto se dá tanto de forma direta, sob a forma de aterramentos para as construções, como indireta, quando os rios não sobrevivem ao desmatamento dos seus arredores.

É uma crise instalada que necessita de atenção enquanto há tempo de se reverter o processo: ainda existe verde e água na cidade e um mínimo de atenção e ordenamento pode ser a solução!

O tema que angustia a população de Salvador foi tema de discussão do último encontro dos Terreiros Atendidos pelo Programa Egbé Territórios Negros, no dia 29 de agosto. Em mais um Almoço de Trabalho e Fraternidade, com 52 comunidades de Candomblé, reunidas na Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE.

O encontro teve sua abertura abençoada com uma oração feita por Mãe Marta, do Terreiro Viva Deus Bisneto e no encerramento, por Mãe Helenice, do Ilê Axé Omin J'Obá.

Os presentes deram ênfase à “morte dos rios” da cidade, fato relatado por Ordep Serra que, junto com o Conselho do Programa Egbé, encaminhou um abaixo assinado de autoria do Povo do Candomblé às autoridades, manifestando a preocupação com a situação.

Leia o manifesto na íntegra.

“Nós, abaixo assinados, sacerdotes e sacerdotisas do culto afro-brasileiro, nos dirigimos às autoridades e ao povo da Bahia para manifestar nossa profunda preocupação com os problemas que, nesta cidade de Salvador, afligem a natureza e portanto nos afligem. Nossa religião é toda voltada para a natureza: os rios, os lagos, as matas, o mar, são sagrados para nós. Quando vemos o desmatamento que ameaça destruir nossas reservas naturais e acabar com o que resta da Mata Atlântica em Salvador, ficamos entristecidos e indignados. Para nós é um absurdo e um sacrilégio aterrar lagoas, sufocar nascentes, encarcerar rios em túmulos de cimento. Quem pode viver sem água? Como falar em progresso quando se destrói o que a natureza deu de graça? Por acaso a destruição é progresso? Quem pode fazer um rio? Porque destruir uma riqueza que não se pode fazer? Quem mata rios e plantas comete suicídio, porque nossa vida depende deles e ninguém vive sem a natureza. Nossos Orixás, Voduns, Inquices, Caboclos e antepassados sempre nos ensinaram a respeitar a vida. Não falamos apenas em nome de nosso culto, que pode se tornar impossível numa cidade cada vez mais nua de árvores, de matas, de fontes. Não estamos preocupados apenas conosco, mas com todos os homens e mulheres: não só os que já estão aqui como também os que ainda vão nascer. Porque a natureza é vida. Se ela não for respeitada, a humanidade não poderá sobreviver. Pensamos na gente pobre que vive aflita nesta cidade cada vez mais violenta e desumana. Onde a natureza não é respeitada, a violência cresce, a pobreza também. E quem mais sofre é nosso povo negro, sempre discriminado. Respeitem a natureza, plantem árvores em vez de derubar, limpem os rios e lagoas em vez de aterrar e cobrir. Não pensem só nos condomínios de luxo: se lembrem dos pobres que são a maioria do nosso povo. A vida é sagrada, respeitemos a vida!”

APOIO



FORD FOUNDATION



CHURCH WORLD SERVICE



United Church of Canada (UCC)



União Européia



NORWEGIAN CHURCH AID



Canadian International Development Agency

Agence canadienne de développement international

PARCERIA



Esta publicação foi produzida com apoio da União Européia. O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço e não pode, em caso algum, ser tomado como expressão das posições da União Européia.

Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais

A reivindicação pela criação da Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais ganhou força nas comunidades baianas durante as celebrações da consciência negra.

Esta é uma promessa do Governo Estadual da Bahia para responder a uma demanda urgente da sociedade.

Acompanhamos esse movimento civil e divulgamos as Propostas de Linhas de Ação para esta Comissão

(Veja a pág. 8), que há um ano vêm sendo indicadas e confirmadas pelos representantes de Comunidades Tradicionais atendidas por KOINONIA, em Salvador e na Região do Baixo Sul do Estado da Bahia, abaixo listadas.

COMUNIDADES DE TERREIROS

RA I Centro: Ilê Erinlé Axé Odé Ifeolá; **RA II Itapagipe:** Ilê Axé Airá Omim, Ilê Axé Odé Lomin Infan, Ilê Axé Ogum Ladé Iyá Omim, Ilê Axé Omin Leuá, Ilê Iyá Osshum, Terreiro de Oxum do Caminho de Areia; **RA III São Caetano:** Ilê Axé Idanjeuê, Ilê Axé Obá Inan, Ilê Axé Opó Ibu Alama, Terreiro Ogun Tundê; **RA IV Liberdade:** Ilê Axé Omin Amboke, Ilê Axé Ewá Omin Nirê, Ilê Axé Iroko Sun, Terreiro Ajagunan, Terreiro do Vodunzô, Terreiro Kanzo Mucambo, Terreiro de Oxalá; **RA V Brotas:** Axé Abassá de Amaze, Centro do Caboclo Boiadeiro, Centro do Caboclo Oxossi Talami, Centro Matamba de Onato, Ilê Axé Ewé, Ilê Axé Jifulú, Ilê Axé Jualê, Ilê Axé Oluwayê Dey'I, Ilê Axé Oyá Tunjá, Ilê Axé Omin Afonjá Rode, Nzó Mdemboa – Kenã, Ilê Axé Omin Ode Azoani, Terreiro Oxossi Caçador, Terreiro Unzó Awziidi Junçara, Tuumba Junçara, Tuumbalagi Junçara, Unzó Dandamutalê, Unzo Katende Dandalunda, **RA VII Rio Vermelho:** Ilê Axé Aché Ibá Ogum, Ilê Axé Alarabedê, Ilê Axé Iyá Nassô Oká, Ilê Axé Obá Nirê, Ilê Axé Obá Tadê Patiti Obá, Ilê Axé Omin Deuá, Ilê Axé Onirê Ojuirê, Ilê Axé Oyó Bomim, Ilê Axé Obá Tony, Ilê Obá do Cobre, Ilê Oxumaré, Ilê Axé Oyá Omin Denan, Tanuri Junsara, Ilê Axé Centro de Angola Mensageiro da Luz, Terreiro do Bogum, Terreiro Ogum de Cariri – Kilombo **RA IX Boca do Rio:** Ilê Axé Araka Togum, Ilê Logum Edé Alaká Koissan, Terreiro Onipó Neto, **RA X Itapuã:** Axé Abassá de Ogum, Axé Tony Sholayó, Ilê Axé Osun Yinká, Ilê Axé Ominader, Ilê Axé Yeye Jimum, Terreiro Aloia, Terreiro Caboclo Itapuã, Terreiro Oxossi Mutalamô, Terreiro de Oxum da Lagoa do Abaeté, Viva Deus Neto, Terreiro Viva Deus Bisneto, Ilê Axé Ibá Aqueran, Terreiro Gurebetã Gome Sogboadã, Terreiro Monaleuci Um'Gunzo de Un'zambi, **RA XI Cabula:** Ilê Axé Opó Afonjá, Ilê Axé Oyá Deji, Ilê Axé Tunadeni, Terreiro Sultão das Matas, Unzó Bakisê Sasaganzua Gongara Caiango, Unzó Ngunzo Kwa Kayango, Viva Deus Filho, Ylé Yá Yalodeidê, **RA XII Tancredo Neves:** Ilê Axé Gezubum, Ilê Axé Jagun Bomim, Ilê Axé Lofan Demim, Ilê Axé Obá Fangy, Ilê Axé Olufan Anancidê Omin, Ilê Axé Omin Alaxé, Ilê Axé Omin Togun, Ilê Axé Oyá Omin Olorum, Ilê Axé Pondamim Bominfá, Terreiro de Boiadeiro, Terreiro do Bate-Folha, Terreiro Olufonjá, Terreiro São Roque, Terreiro Sete Flechas, Terreiro Tumbenci, **RA XIII Pau da Lima:** Funzó Iemim, Ilê Omu Keta Posu Beta, **RA XIV Cajazeiras:** Ilê Axé Layê Lubo, Ilê Axé Omim J'Obá, Ilê Axé Omin Lonan, Ilê Axé Omin Nita, Ilê Axé Onijá, Terreiro Junçara Kondirê, Unzó de Kaiango, Manso Bandun Kuekue de Inkinansaba Filho, Manso Dandalungua Cocuazenza, Manso Dandoqüenque Dunkinisaba Filho, Moitumba Junçara, Nzo Sassa Ganzuá Mono Guiamaze, Terreiro Vintém de Prata, Ilê Axé Ogum Omimkayê, **RA XV Valéria:** Ilê Axé de Ogunjá, Ilê Axé Omim Funkó, Ilê Axé Olo Omin, Ilê Jêje Dahomé Imburací, **RA XVI Subúrbios Ferroviários:** Onzó de Angorô, Grupo das Sacerdotisas e Sacerdotes do Axé, Ilê Axé Oba Furikan, Ilê Axé Acorô Genã, Ilê Geleuá, Ilê Axé Loyia, Ilê Axé Ogum Alakaiyê, Ilê Axé Anandeuiy, Ilê Axé Flor da Mirtália, Ilê Axé Gitolobi, Ilê Axé Jagun, Ilê Axé Jfokan, Ilê Axé Kalé Bokum, Ilê Axé Obá Omo, Ilê Axé Odé Tolá, Ilê Axé Omi Euá, Ilê Axé Omin Loyá, Ilê Axé Unzó Mona de Amean, Ilê Olorum Axé Giocan, Luandan Jucia, Terreiro Caboclo Catimboiá, Terreiro Gidenirê, Terreiro Mucundeuá, Terreiro de Nana, Ilê Axé Arin Massun, Ilê Axé Giroqueme, **RA XVII Ilhas:** Ilê Axé Airá, **Região Metropolitana de Salvador:** Ilê Ala Axé, Ilê Axé Burukam Ajunsun, Ilê Axé Maa Asé Ni Odé, Ilê Axé Gum Tacum Wseré, Ilê Axé Jesidea, Ilê Axé Oba Nã, Ilê Axé Ofá Omin, Ilê Axé Omin Lessy, Ilê Axé Ondô Nirê, Ilê Axé Opó Olú-Odé Alayedaá, Ilê Axé Oyá, Ilê Axé Odé Obá Lodê, Ilê Axé Odé G'mim, Ilê Axé Taoyá Loni, Ilê Axé Dan Seji Olá, Ilê Axé Bokum, Ilê Axé Igbonan, Sindirátukuá Filha, Terreiro Angurusena Bya Nzambi, Terreiro de Jauá, Terreiro Filhos de Ogunjá, Terreiro Kawizidi Junçara, Terreiro São Bento, Tuumbaengongonsara, Unzó Tateto Lemba, Ilê Axé Alafumbí, Ilê Axé Awon Funfun, Ilê Axé Ojunilê Chapanã, Ilê Axé Ogum Mejê, Ilê Axé Julosum Oju Omim, Ilê Axé Ode Oman, Centro Umbandista Paz e Justiça, Terreiro Vence Tudo, Terreiro Nzo Tata Nsuuumbu, Ilê Axé Ejiegg Faleji, Unzó Kunã Lembe N'kossi, Terreiro de Guiaiba, Ilê Axé Ogum Dey, Ilê Axé Oba Ina Ilê Axé Ofá Omin, Ilê Axé Omim Anibé Nirê, Terreiro Águas de Efan **Itabuna:** Ilê Axé Obé Fará Ogum Lonan, Centro de Candomblé Santa Bárbara, Ilê Axé Ijobá Oxumarê-Yewá, **Araci:** Ilê Axé Jitolobi, **Cachoeira:** Ilê Axé Kayó Alaketu, **São Francisco do Conde:** Ilê Axé Osum Made; **Muritiba:** Ilê Axé Obá Nijó Omim, **Rio de Contas:** Terreiro Afoxé dos Orixás, **Ilhéus:** Terreiro de Ilhéus, Terreiro Matamba Tombeçy, **Mata de São João:** Terreiro de Praia do Forte, **São Sebastião:** Terreiro de São Sebastião.

COMUNIDADES NEGRAS RURAIS (BAIXO SUL DA BAHIA)

Camamu: Abóboras, Acarai - Boa Vista, Bairro da Vitória, Barroso, Bolacha, Canela, Coqueiro, Dandara dos Palmares, Enseada, Garcia, Jatimana, Lameiro, Limoeiro, Machado, Maria Ribeira, Marimbondó, Matapera, Mato Grosso, Outeiro, Pedra Rasa, Pimenteira, Porto do Campo, Pratiği, Reboco, Ronco, Santo André, Tapuia, Unidos Venceremos, Varjão, Zumbi dos Palmares; **Cairu:** Galeão; **Igrapiúna:** Boa Esperança, Laranjeira; **Ituberá:** Brejo Grande/ Campo do Amâncio, Ingazeira, Lagoa Santa; **Maraú:** Empata Viagem, Quitungo, São Raimundo, Terra Verde/Minério, Tremembé; **Nilo Peçanha:** Boitaraca, Jatimane; **Taperoá:** Graciosa, Lamego, Miguel Chico; **Valença:** Novo Horizonte (Pau que Ronca), Sape Grande, Sarapui; **Wenceslau Guimarães:** Nova Esperança.

PARCEIROS: SASOP, STR-Camamu, Intecab.

Propostas de Linhas de Ação para a Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais

Propor e monitorar ações que garantam a consolidação, na Bahia, da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)

- Buscar a flexibilização do acesso aos recursos públicos pelas comunidades negras tradicionais

Propor linhas políticas de referência para a participação das representações dos povos e comunidades tradicionais nos diversos Conselhos, Fóruns e outros espaços de deliberação, tais como:

- Fórum Estadual de Educação na Bahia;
- Conselhos de Saúde (estaduais, municipais, locais),
- Reformulação do Plano Estadual de Recursos Hídricos
- Rede de pesquisadores do levantamento das comunidades negras tradicionais
- Coordenação Estadual de Juventude
- Outros espaços

Monitorar a criação, execução, continuidade ou ampliação de programas e ações do governo federal, do governo estadual e do município em relação a:

- Ações de implementação da lei 10.639/2003 nas escolas
- Formação de professores em história e cultura africana e afro-brasileiras e em relações étnico-raciais,
- Produção de material didático específico para escolas de áreas quilombolas
- Ação conjunta dos órgãos estaduais para criação de planos de desenvolvimento das áreas quilombolas
- Ações e campanhas específicas, tais como as relacionadas à dengue e à leishmaniose (esta, no Baixo Sul)
- Ações do PAC/Funasa em relação às ações de saneamento e abastecimento d'água, e das ações nas áreas de saúde, educação e das demais secretarias de Estado

- Programa de educação para a diversidade para agentes comunitários de saúde
- Realização de oficinas e feiras de saúde junto aos terreiros
- Utilização da Carta das Águas como instrumento para a cobrança de implementação de políticas públicas dos recursos hídricos
- Ações de controle e fiscalização ambiental
- Formação de agentes voluntários das águas
- Programa de Aquisição de Produtos Extrativistas (PAE)
- Programa de Aquisição de Alimentos para distribuição na rede de assistência social, no Baixo Sul da Bahia
- Demandas das comunidades quilombolas certificadas que necessitam das ações do INCRA para o reconhecimento fundiário
- Solução da titulação de famílias quilombolas que receberam títulos individuais de propriedade antes da demarcação do território quilombola
- Regularização fundiária e ATER das comunidades quilombolas (Grupo Intersetorial)
- Respostas para a situação fundiária dos imóveis dos terreiros
- Política pública que assuma a dinâmica territorial como unidade de planejamento de governo para os 26 territórios do estado da Bahia
- Capacitação de servidores municipais das diversas secretarias para que ajam sem promover a intolerância religiosa em suas ações (educação para as relações étnico-raciais);
- Criação de condições na SEFAZ para a isenção tributária para os terreiros de Candomblé em Salvador;
- Criação de órgãos responsáveis pela igualdade racial e pela discussão das questões étnico-raciais nas esferas municipais
- Operacionalização da legislação existente para a superação da intolerância religiosa e do racismo
- Reconhecimento dos saberes tradicionais das comunidades negras tradicionais (IPHAN- Patrimônio imaterial)

- Uso da Lei municipal que permite tratar como patrimônio histórico e cultural os terreiros de Candomblé
- Criação de uma Lei estadual de proteção do patrimônio imaterial e material das comunidades negras tradicionais da Bahia.

Divulgar para as comunidades os programas que podem ser acessados (e as formas de acesso) em relação a:

- Formação de professores
- Repasse direto de recursos para escolas
- merenda escolar
- Editais para fomento de projetos desenvolvidos para as comunidades negras tradicionais (MDS e outros)
- Formas de acesso aos fundos para projetos (do MDS, das Secretarias de Estado e outros fundos)
- Editais ligados à área cultural

Divulgar para as comunidades relatórios e dados sobre:

- Programas e repasses de recursos federais nos municípios
- Programa de monitoramento da qualidade das águas
- Situação dos processos de titulação e demarcação das áreas quilombolas na Bahia
- Ações legislativas que demandam o bloqueio das atuais políticas de reconhecimento dos territórios quilombolas
- Cartilha de orientação jurídico tributária para os terreiros
- Casos denunciados de intolerância religiosa e procedimentos de reparação
- Ações do PAC Quilombola
- Ação do Observatório da Igualdade Racial e da Violência contra a Mulher, que atua no Carnaval
- Conhecimento da Lei de Repartição de Benefícios de Conhecimentos e Práticas Tradicionais
- Mecanismos de efetivação do Decreto Lei da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, PNPCT (Decreto 6.040/2007).